



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA**

**Processo nº** 13811.000226/91-82  
**Recurso nº** 138.009 Voluntário  
**Matéria** IMPOSTO TERRITORIAL RURAL  
**Acórdão nº** 303-35.412  
**Sessão de** 19 de junho de 2008  
**Recorrente** ELIETE VIEIRA DAS NEVES  
**Recorrida** DRJ-SÃO PAULO/SP

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL  
RURAL - ITR**

Exercício: 1991

ITR. COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE OU POSSE DO IMÓVEL COM BASE EM INFORMAÇÃO TÉCNICA DO INCRA. IMÓVEL CADASTRADO PELA RECORRENTE. INEXISTÊNCIA DE PROVA, NOS AUTOS, DE QUE O BEM NÃO PERMANECE NA SUA POSSE OU PROPRIEDADE. Consoante o artigo 2º da Lei nº 5.868/72 e artigos 29 e 31 do CTN, *contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título, e como fato gerador a propriedade, o domínio ou a posse do imóvel, localizado fora da zona urbana do Município.*

Outrossim, não restou suficientemente comprovado nos autos que a Recorrente não é o proprietária ou não mantém a posse do imóvel objeto do lançamento do tributo, como fez constar no Cadastro Fiscal, sendo a mesma considerada, por essa razão, como parte legítima no feito fiscal.

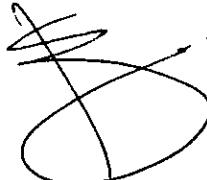
**PROCESSO ANULADO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros da terceira câmara do terceiro conselho de contribuintes, por unanimidade de votos, declarar a nulidade do processo “*ab initio*”, nos termos do voto do relator.

  
**ANELISE DAUDT PRIETO**

Presidente





HEROLDES BAHR NETO

Relator

  
Ana P

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Nilton Luiz Bartoli, Celso Lopes Pereira Neto, Vanessa Albuquerque Valente, Nanci Gama, Luis Marcelo Guerra de Castro e Tarásio Campelo Borges.

## Relatório

Trata o presente feito de auto de infração (fls. 03), consubstanciado na exigência de recolhimento do ITR/1990, Contribuição Parafiscal, CNA e CONTAGE no montante de Cr\$ 14.998,88 (quatorze mil, novecentos e noventa e oito cruzeiros e oitenta e oito centavos), com vencimento em 13/04/91, referente ao imóvel rural denominado “Sítio Neves”, com área de 3,0 ha, inscrito no INCRA, código nº. 638358.121738-0, localizado no município de São Paulo - SP.

Regularmente notificada do lançamento fiscal, a Interessada apresentou impugnação tempestiva (fls. 01/02), suscitando, em sua defesa, que adquiriu uma posse de terra e que não pode ocupá-la devido à turbação de terceiros.

Colacionou à sua impugnação Notificação de Lançamento do ITR, exercício de 19990 (fls. 03), bem como Declaração para Cadastro de Imóvel Rural – DP (fls. 05/06).

Às fls. 07 foi apresentada informação técnica emitida pelo INCRA, sob nº. 1191/91, referente à impugnação protocolada, sendo na ocasião intimada a Interessada a comprovar a alegada perda da posse, em 16/04/92, quedando a mesma inerte.

Sobreveio decisão de primeira instância, na qual a DRJ de São Paulo (SP), por unanimidade de votos, julgou procedente o lançamento do tributo, mantendo a exigência fiscal. Cite-se os fundamentos do voto condutor do acórdão recorrido, consubstanciados na ementa abaixo transcrita:

*Assunto: Imposto sobre Propriedade Territorial Rural - ITR*

*Exercício: 1990*

*Ementa: Não comprovada a perda da posse do imóvel, mantém-se o lançamento do ITR. Não comprovada a alienação ou a perda da posse através de documentação hábil, mantém-se integralmente o crédito tributário constituído através do lançamento.*

*Lançamento Procedente<sup>1</sup>*

Inconformada com a decisão do Acórdão originário da DRJ de São Paulo (SP), interpôs a Interessada o presente recurso voluntário (fls. 35/40). Na oportunidade, reiterou as alegações coligidas em sua defesa inaugral, acrescentando às suas razões recursais os seguintes pontos:

*A impetrante peticionaria adquiriu uma área de terras, situada em área zona rural, denominada “Sítio Neves” medindo 3,0 hectares, sem benfeitorias, no município de São Paulo – SP, inscrito no INCRA sob código nº. 638358.121738-0, a qual adquiriu esta posse de terras do Sr. Clementino Amaro da Silva, o qual a mesma alega que não pode*

<sup>1</sup> Acórdão DRJ/SPO 22.793, de 13 de outubro d 1998 (fls. 14/15).

*ocupá-lo, para usufruir, terras estas que encontrava e, área de mananciais, e que existiam guerrilheiros, que dificultaram tomar posse do imóvel, causando turbação de terceiros, e que devido estes acontecimentos, e terem havido muitas mortes, devido confusões referentes aos imóveis que vinham sendo negociados ilicitamente, a impetrante caiu em golpe destes militantes, não podendo colocar sua vida em risco, preferiu entrar em acordo com a pessoa que lhe vendeu, em formalidades de pagamentos em prestações, devolveu perdendo a quantia que a mesma deu de entrada, tratando-se também que era uma área irregular, sem documentações de origem, ou seja, não tinha escritura de compra e venda, e também não possuía registro de imóveis e que jamais a requerente iria conseguir regularizar o imóvel, junto aos órgãos competentes;*

*No bom entendimento a requerente foi enganada, não tem nada para se dizer que é proprietária de imóvel;*

*No entanto, a peticionaria roga o cancelamento da dívida, ou seja, isenção desta cobrança, em virtude de não possuir o referido imóvel, e que também é uma pessoa humilde e simples, e sem condições financeiras;*

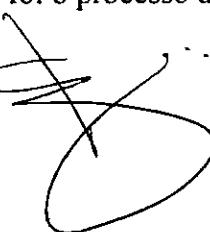
*Com base nesses fatos, requer que a Douta Autoridade determine sua vida pregressa, quebrando seu sigilo bancário e fiscal, verificando todos estes anos suas declarações de renda, e os Cartórios de Registros de Imóveis, tanto da capital, como nos Estados da Federação do Brasil;*

*Ao final, pugna pela anistia do débito em questão, isentando-a de qualquer eventualidade e medidas que possa vir prejudicar a mesma, dando deferimento ao pedido solicitado.*

Ficou a Recorrente dispensada da realização do depósito recursal no presente caso (fls. 41), nos moldes do artigo 2º, § 7º da IN/SRF nº 264/02.

Em 27/02/08 foi o processo distribuído a este Conselheiro.

É o relatório.



## Voto

Conselheiro HEROLDES BAHR NETO, Relator

Satisfetos estão os requisitos viabilizadores de admissibilidade deste recurso, razão pela qual deve ser ele conhecido por tempestivo.

No presente caso, verifica-se que o fato controverso da questão cinge-se à posse ou propriedade do imóvel tributado como condição para recolhimento do crédito exigido.

A Recorrente alega que adquiriu a posse da terra em litígio, não podendo ocupá-la, posto que na área existiam guerrilheiros que dificultaram a ocupação do imóvel, causando turbação de terceiros, e que devido a negociações ilícitas, a Interessada caiu em golpe de militantes, firmando acordo com a pessoa que lhe vendeu o imóvel em formalidades de pagamentos em prestações, perdendo a quantia que dada como entrada do negócio. Sustenta, ainda, que por se tratar de uma área irregular, não há documentações de origem, como escritura de compra e venda e registro de imóveis, e que não havia meios de conseguir regularizar o imóvel, junto aos órgãos competentes.

Contudo, melhor sorte não assiste à Recorrente, senão vejamos.

O sujeito passivo do ITR é aquele que figura no registro imobiliário como proprietário do imóvel no momento da ocorrência do fato gerador, sendo irrelevante, para efeitos de identificação do contribuinte, se este detém realmente a posse do imóvel ou se foi impossibilitado de fazê-lo. O registro permanece gerando seus efeitos enquanto não cancelado.

*In casu*, não há nos autos cópia de registro do imóvel em nome da autuada, contudo, foi apresentado pela Interessada Declaração de Cadastro do Imóvel Rural, do qual consta em seu nome a titularidade do imóvel, sendo tal documento a única prova idônea colacionada aos autos para atestar de forma inequívoca a posse ou propriedade do bem em nome da autuada. Acresça-se que, corroborando com a Informação Técnica nº. 1191/91 emitida pelo INCRA, o cadastro apresentado pela própria Interessada só poderá ser anulado mediante oferecimentos de prova documental que anule a posse ou propriedade do imóvel, como pretende a Recorrente.

No mesmo contexto, cite-se os seguintes julgados, cujo posicionamento é similar ao caso em apreço:

*"TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ITR. NOTIFICAÇÃO EDITALÍCIA. NULIDADE. DUPLICIDADE NA COBRANÇA DO TRIBUTO. AUSÊNCIA DE PROVA. POSSUIDOR DO IMÓVEL. ALIENAÇÃO DE BENS A TERCEIROS. 1. No âmbito da execução fiscal, a exceção de pré-executividade é admitida excepcionalmente, restrita às matérias de ordem pública e aos casos em que o reconhecimento da nulidade do título puder ser verificado de plano, sem necessidade de contraditório e dilação probatória, a teor do disposto no artigo 16, § 3º, da Lei nº 6.830/80. Com efeito, a legitimidade passiva ad causam do executado,*

*a prescrição e a duplicidade da cobrança executiva inserem-se no rol de matérias passíveis de impugnação via exceção, desde que não envolvam circunstância fática que demande dilação probatória inviável no incidente. Isto porque o controle dos pressupostos processuais, das condições da ação, da existência, higidez e tipicidade do título executivo deve ser exercido de ofício pelo juiz. 2. A alegação de nulidade da notificação editalícia, por força da qual teria se operado a prescrição, carece de elementos que permitam apreciá-la adequadamente. Não há nos autos documentos que confortem a tese da existência de vício insanável na intimação procedida na via administrativa. Tampouco há a indicação da data em que efetivada a citação judicial. 3. Com relação à suposta duplicidade de cobrança do tributo, o agravante não apresenta elementos que permitam como apurar a identidade dos imóveis matriculados ou dos valores em execução. 4. O artigo 29, do Código Tributário Nacional, define como fato gerador do imposto a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel localizado fora da zona urbana do Município. A "propriedade territorial rural" constitui a base econômica da tributação, e a propriedade, o domínio útil e a posse, o signo da riqueza revelador da capacidade contributiva. A propriedade e a posse são fatos geradores continuados, que se projetam e perdura no tempo. Correta, portanto, a decisão que reconheceu a legitimidade passiva do agravante na condição de possuidor do imóvel à época. 5. A despeito do disposto no art. 130 do CTN, a aquisição superveniente do imóvel por terceiros não aproveita a defesa do agravante, porque a cobrança está sendo feita com base na declaração do contribuinte, que tinha conhecimento da obrigação de pagar o tributo quando do preenchimento da declaração para o ITR." (TRF4, AG 2003.04.01.041164-2, Primeira Turma, Relator(a) Vivian Josete Pantaleão Caminha, D.E. 04/12/2006)*

*"EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS. ITR. INCRA. TRANSMISSÃO FRAUDULENTA DO BEM A TERCEIRO. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL. - O artigo 29, do Código Tributário Nacional, define como fato gerador do imposto a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel localizado fora da zona urbana do Município. A "propriedade territorial rural" constitui a base econômica da tributação, e a propriedade (o domínio útil e a posse), o signo da riqueza revelador da capacidade contributiva. A propriedade é fato gerador continuado, que se projeta e perdura no tempo. Em razão disto, o legislador elege um determinado momento para a incidência da norma legal (aspecto temporal da hipótese de incidência), que dará origem à obrigação tributária - o dia 1º de janeiro de cada ano (art. 48 da Lei nº 4.508/64, Decreto-lei nº 57/66, Lei nº 5.868/72, Lei nº 8.847/94 e Lei nº 9.393/96). - Os dados constantes dos assentamentos do Cartório de Registro de Imóveis prevalecem aos declarados e registrados junto ao INCRA, porque só a transcrição do ato traslativo do domínio naquele Ofício tem o efeito de transferir a propriedade do bem (transcrição), salvo se demonstrado que outro é o possuidor (transmissão da posse é informal), já que o próprio possuidor a qualquer título tem legitimidade passiva para a execução fiscal, nos termos do artigo 31 do CTN." (TRF4, AC 2002.04.01.049880-9, Primeira Turma, Relator(a) Vivian Josete Pantaleão Caminha, DJ 23/11/2005)*

*"ITR. RESPONSABILIDADE. DECLARAÇÃO PARA CADASTRO DE IMÓVEL RURAL. - Não prospera, para efeito de afastar a responsabilidade pelo pagamento do Imposto Territorial Rural, a alegação de que o embargante jamais tomara posse do imóvel, quando se verifica, por meio de declaração para cadastro de imóvel rural levada a efeito pelo próprio embargante e, por ele devidamente assinada, que o mesmo mantinha atividades rurais produtivas na propriedade." (TRF4, AC 2000.04.01.014455-9, Primeira Turma, Relator(a) Maria Lúcia Luz Leiria, DJ 18/02/2004)*

Corrobora, igualmente, o posicionamento desta Colenda Câmara do Conselho de Contribuintes, consoante Acórdão nº. 303-33200, Sessão de 25/05/2006, de lavra do Conselheiro Marciel Eder Costa, *in verbis*:

*"A existência de conflito sobre a propriedade, domínio útil ou posse do imóvel rural não justifica o cancelamento do lançamento, tendo em vista o que preceitua a Lei 9.393/96, de 19/12/1996:*

*"Art. 1º - O imposto sobre a Propriedade Territorial Rural . ITR, de apuração anual, tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, localizado fora da zona urbana do município, em 1º de janeiro de cada ano. Parágrafo 1º - O ITR incide inclusive sobre o imóvel declarado de interesse social para fins de reforma agrária, enquanto não transferida a propriedade, exceto se houver imissão previa na posse.*

...

*Art. 4º - Contribuinte do ITR e o proprietário de imóvel rural, o titular de seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.*

*Da leitura dos artigos supra citados, conclui-se que o ITR poderá ser exigido de qualquer das pessoas que se prenda ao imóvel rural, em uma das modalidades elencadas. Logo, a Fazenda Pública pode exigir o tributo do proprietário, mesmo que o imóvel esteja ocupado por posseiros."*

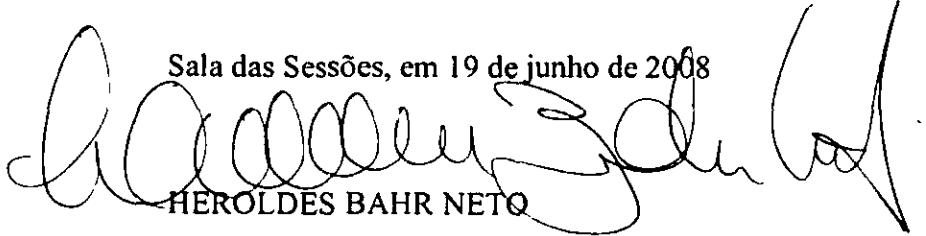
Pois bem, do que conta dos autos, infere-se que a Interessada não logrou em demonstrar que não existia à época do fato gerador posse ou propriedade do imóvel objeto da autuação fiscal, bem como não houve atendimento à solicitação de documentos comprobatórios dos fatos por ela alegados em sua impugnação.

Nesse esteio, fato incontroverso é que à época do fato gerador a autuada constava como efetiva possuidora ou proprietária do imóvel em menção, como bem restou elucidado na Declaração para Cadastro de Imóvel Rural (fls. 07), não havendo, portanto, óbice à incidência de ITR/1990, sendo a Interessada parte legítima para arcar com o ônus da exigência fiscal.

Outrossim, consoante disciplinado pelos arts. 29 e 31 do CTN, prevalece a posse ou propriedade, para fins de recolhimento do ITR, daquele que figura como tal no Cartório de Registro de Imóveis ou, aplicando-se por analogia ao caso, daquele que conste do Cadastro de Imóvel Rural do exercício respectivo, muito embora sustente a Contribuinte nunca ter a posse do imóvel rural.



Diante de todo o exposto, considerando a ausência de documentação hábil e idônea colacionada aos autos a comprovar a existência/inexistência de posse ou propriedade do imóvel objeto do Auto de Infração, **voto pela nulidade do processo.**

Sala das Sessões, em 19 de junho de 2008  
  
HEROLDÉS BAHR NETO